

Vinícius Lummertz*

O mundo brutal e o Brasil no mesmo lugar

Há algo grandioso e frustrante que os brasileiros sabem e sentem, mesmo sem traduzir em diagnóstico político: o país poderia ser muito mais desenvolvido do que é. A sensação aparece em conversas cotidianas, em análises de economistas e no imaginário coletivo. O Brasil parece sempre à beira de um salto maior que nunca chega. O brutal contexto internacional torna essa percepção ainda mais perturbadora.

O sistema global atravessa uma fase de reorganização geopolítica. Não é ainda uma guerra mundial formal, mas o planeta vive uma sucessão de conflitos interligados. Como se buscasse algo semelhante ao resultado do acordo de Yalta, que reorganizou o mundo após a Segunda Guerra. A guerra na Ucrânia reabriu feridas na Europa. O Oriente Médio voltou ao centro do risco global com disputas que atingem o Golfo Pérsico, região vital para o fluxo de petróleo e para a estabilidade energética do mundo. Ataques a rotas marítimas mostram o quanto o comércio internacional depende de corredores frágeis. Foi num tempo como este que Getúlio Vargas fez escolhas que mudaram a história do Brasil, transformando vulnerabilidades em oportunidades.

Neste momento, grandes centros de investimentos convivem com riscos que antes pareciam remotos. Os Emirados Árabes Unidos transformaram Dubai em um dos maiores receptores de capital do planeta com uma estratégia simples e muito diferente da nossa: abertura econômica, segurança institucional e capacidade de atrair investimentos. Ainda assim, a proximidade com zonas de conflito lembra como a estabilidade pode ser rapidamente questionada.

A Europa enfrenta algo semelhante. A guerra da Ucrânia revelou dependências energéticas, tensões internas e fragilidades estratégicas, somadas à presença crescente de radicalismos e a um ambiente econômico pressionado por inflação e

baixo crescimento.

Há ainda um terceiro elemento silencioso nesse cenário: o crescimento extraordinário do endividamento global. Desde a crise de 2008 e, sobretudo, após a pandemia de Covid-19, a base monetária das grandes economias explodiu. A dívida pública dos Estados Unidos ultrapassa 35 trilhões de dólares, enquanto o endividamento global de governos, empresas e famílias supera amplamente a produção de bens e serviços do planeta.

Nunca houve tanto capital procurando estabilidade. É nesse ponto que o Brasil entra na equação mundial. O país reúne atributos raros: abundância de água, energia, terras agricultáveis e produção de alimentos em escala. Está distante das grandes zonas de conflito e possui um mercado interno relevante. Em um mundo tensionado, exportadores de alimentos e matérias-primas tornam-se estratégicos.

Há ainda um dado que revela a força estrutural do país. O Brasil acumula há décadas grandes superávits comerciais. Em 2023 e 2024, por exemplo, o saldo positivo superou 90 bilhões de dólares. O país figura consistentemente entre os maiores superavitários do planeta, resultado direto da competitividade do agromercado e da força das commodities.

Trata-se de uma posição invejável na economia global. Mas aqui aparece a fonte da crônica decepção brasileira. Esse superávit raramente foi utilizado como plataforma para modernizar a economia. Em vez de converter essa vantagem em infraestrutura, produtividade e competitividade, o país preferiu expandir gastos correntes. Em termos simples, transformamos ganhos estruturais em consumo público.

A abertura econômica iniciada nos anos 1990 foi parcial e perdeu impulso. O Brasil continua entre as economias mais fechadas do mundo. Enquanto países como a China utilizaram a integração comercial

para impulsionar sua industrialização, o Brasil assistiu a um processo gradual de desindustrialização.

Mesmo assim, o país continua atraindo investimentos estrangeiros relevantes. O problema é que grande parte desse capital chega para comprar ativos existentes, não para construir novos. Investidores globais demonstram interesse, mas frequentemente encontram barreiras que desestimulam projetos de longo prazo. Licenciamentos demorados, insegurança regulatória e burocracia transformam oportunidades em frustração. O Brasil não é sabotado. Autossabota-se como segunda natureza.

O resultado é uma situação paradoxal. O mundo vive um momento de instabilidade crescente, enquanto o Brasil reúne condições naturais, territoriais e culturais para se tornar um dos lugares mais seguros do planeta para investimentos produtivos. Ainda assim, o país permanece preso a limitações criadas por ele próprio.

A diferença essencial é que os grandes riscos brasileiros são internos. Estão sob nosso controle. Essa é precisamente a oportunidade que o país parece incapaz de enxergar. Em um mundo marcado por conflitos geopolíticos, excesso de capital financeiro e busca por estabilidade, poucos territórios possuem as condições naturais e humanas do Brasil para se tornar um grande polo de desenvolvimento, produção e convivência.

O país poderia ser um vetor de expansão econômica do Ocidente e, ao mesmo tempo, um espaço aberto a talentos e investimentos vindos de todas as partes do mundo. Nossa história demonstra essa capacidade de integração cultural. Poderíamos significar esperança, como no Brasil sonhado por Darcy Ribeiro, Juscelino e Osiris Silva, honrando a paciência de um povo que não suporta mais ver gerações de oportunidades perdidas.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

Martha Imenes*

Caixa de Pandora: o caso Master vai muito além da fragilidade do sistema financeiro

O Brasil não é para amadores, é fato! Nos últimos dois anos, sai um escândalo, entra outro. E, em pleno ano eleitoral, a população não sabe no que acreditar: direita ataca esquerda que acusa a direita que culpa o centrão e vice-versa. É um jogo confuso para entender mas, na verdade, deixa claro que independentemente de posicionamento político, os tentáculos do mau-feito são amplos e não fazem distinção de poder, chegam em todos.

Após meses de noticiário sobre a Operação Sem Descuento e CPMI do INSS, está em xeque um pequeno banco — o Master — que virou protagonista de um escândalo que expõe fragilidades profundas do sistema financeiro nacional. O que parecia ser apenas mais uma instituição de médio porte em dificuldades revelou-se um epicentro de denúncias de corrupção, suspeitas de lavagem de dinheiro e falhas graves de fiscalização.

As investigações apontam que servidores públicos teriam se beneficiado de esquemas escusos, como passeios ao exterior, participação em festinhas em Nova York, viagens de jatinho. Sem contar as sociedades sob suspeita, formação de milícia, chamada “A turma”, surgiu em meio às investigações, e sabe-se lá o que mais vai sair dessa Caixa de Pandora.

Essa prática é a lógica da economia política do crime: instituições financeiras frágeis servem como instrumentos para o ilícito, ampliando a interconexão entre economia

formal e economia subterrânea. Essa dinâmica reforça a ideia de que a criminalidade organizada não é externa ao sistema, mas parte integrante dele.

No meio dessa confusão chama a atenção a fragilidade dos mecanismos de compliance e auditoria. O caso Master não é apenas um episódio isolado. Ele expõe a sujeira que se acumula nos bastidores do sistema financeiro e do poder, sem contar que pode desencadear uma crise institucional. Se a confiança da população nas instituições bancárias e regulatórias ruir, o risco de uma derrocada da República deixa de ser mera especulação.

Em pleno ano eleitoral, o episódio serve como alerta: sem transparência, fiscalização rigorosa e responsabilização efetiva, pequenos bancos podem se tornar grandes ameaças. O caso Master é um espelho das fragilidades da República e um chamado urgente para reformas estruturais.

A utilização de bancos como canal de lavagem de dinheiro insere-se na lógica da economia política do crime. Instituições financeiras frágeis tornam-se instrumentos para práticas ilícitas, ampliando a interconexão entre economia formal e economia subterrânea. Tal dinâmica reforça a ideia de que a criminalidade organizada não é externa ao sistema, mas parte integrante dele.

***Jornalista. Editora de Economia, Justiça, Funcionalismo Público e Previdência do Correio da Manhã**

Dora Kramer*

Milícia na alta esfera

Agora que o trabalho da Polícia Federal parou de ser atrapalhado por Dias Toffoli e o novo relator no Supremo Tribunal Federal, ministro André Mendonça, explicitou a omissão da Procuradoria-Geral da República, o caso Master traz novas revelações que vão além das atividades fraudulentas de um banco liquidado.

O termo “milícia” ultrapassou as fronteiras dos territórios dominados pela criminalidade nos

morros e periferias para entrar no contexto das investigações sobre Daniel Vorcaro. Aí estaria um elo importante entre ilicitudes no ambiente financeiro e crimes violentos típicos de máfias. Sinal eloquente da infiltração da bandidagem no tecido social.

O comportamento do ex-banqueiro descrito na decisão de Mendonça é o de um “capo” capaz de tudo na direção dos seus negócios, cujo objetivo é o enriquecimento ilícito.

Para isso, valeu o roubo em forma de fraude, a corrupção de agentes públicos, a intimidação de funcionários, o plano de “quebrar os dentes” do jornalista Lauro Jardim na simulação de um assalto e o que mais exista para ser descoberto nesse esquema macabro que supera as piores previsões.

O capanga cujo codinome era Sicário não deixa a menor dúvida: preferiu se matar a enfrentar a con-

tingência de entregar o chefe. Mas ainda há outros implicados que cedo ou tarde falarão, ajudando a desvendar a teia de delinquências.

Falta agora chegar ao andar das altas autoridades, razão pela qual esse inquérito permanece sob a jurisdição do Supremo Tribunal Federal. Não houvesse gente com foro por prerrogativa de função, já teria sido remetido à primeira instância.

Portanto, o envolvimento de excelências é mais que uma suposição

decorrente das propagadas relações de Daniel Vorcaro com poderosos dos três Poderes, sem os quais não poderia ter ido tão longe à sombra da impunidade.

Escalado esse degrau, há muito ainda a nos estarecer, pois nesse patamar não estão só políticos. Ao que se percebe, ali deram e dão expediente outros peixes grandes da República.

***Jornalista e comentarista de política**